

## **PROCEDIMENTO N.º 4/2025**

**CONCURSO PÚBLICO  
PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE  
IMAGIOLOGIA POR RESSONÂNCIA MAGNÉTICA 1.5  
TESLA PARA O HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R. NO  
ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E  
RESILIÊNCIA, DIMENSÃO RESILIÊNCIA,  
COMPONENTE 01, INVESTIMENTO RE-C01-I08-RAA –  
HOSPITAL DIGITAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS  
AÇORES, MEDIDA 2 – DIGITALIZAÇÃO DO SECTOR  
DA SAÚDE**

### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO CPV

33113000-5: Equipamento de imagiologia por ressonância magnética

#### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

### PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Concurso público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

### PLATAFORMA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA ACINGOV

Os interessados que pretendam concorrer ao presente procedimento devem fazê-lo através da plataforma de contratação pública *acinGov*, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt). Para o efeito devem garantir a completa adesão à referida plataforma, através do registo e preenchimento do respetivo formulário em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) no separador 'Aderir'.

Nesse momento, ser-lhe-á enviado para o endereço de correio eletrónico indicado aquando do registo, um e-mail com o assunto "**acinGov - Criação de utilizador**", através do qual deverá definir a sua senha de acesso.

Ao aceder à plataforma consulte a "**informação de adesão**" e aí poderá fazer o *download* do formulário de adesão e do contrato, para assinar e remeter à **acinGov**.

Para mais informações relativamente à instalação do certificado no seu computador contactar a plataforma eletrónica.

#### Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

CAPÍTULO I .....	4
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
CAPÍTULO II .....	11
<b>PROPOSTAS .....</b>	<b>11</b>
CAPÍTULO III .....	17
<b>ADMISSÃO E SELEÇÃO DE CONCORRENTES .....</b>	<b>17</b>
CAPÍTULO IV .....	21
<b>CONTRATO .....</b>	<b>21</b>
CAPÍTULO V .....	26
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
ANEXO I .....	28
<b>MODELO DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
ANEXO II .....	33
<b>ESTIMATIVA DOS CUSTOS DO CICLO DE VIDA .....</b>	<b>33</b>
ANEXO III .....	35
<b>MODELO DE PROPOSTA .....</b>	<b>35</b>
ANEXO IV .....	37
<b>CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....</b>	<b>37</b>
ANEXO V .....	42
<b>MODELO DA DECLARAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
ANEXO VI .....	45
<b>MODELO DE CAUÇÃO .....</b>	<b>45</b>
ANEXO VII.....	46
<b>MODELO DO ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS     PESSOAIS.....</b>	<b>46</b>

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1. Regime Legal Aplicável**

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Programa, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro, na sua redação atual, bem como o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, e o diploma da central de compras para o sector da saúde na Região Autónoma dos Açores, designadamente o Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro, em vigor nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2019/A, de 15 de novembro.

**2. Objeto e tipo do procedimento**

- 2.1.** O presente procedimento tem por objeto a aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde, com as especificações técnicas e nos termos e condições definidos no Caderno de Encargos.
- 2.2.** O procedimento de contratação pública adotado segue a forma de Concurso Público com publicidade internacional no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do artigo 20º do RJCPRAA.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- 2.3.** Para efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP foi escolhido este procedimento tendo em conta o valor do contrato a celebrar, nos termos do disposto pelo artigo 18.º do CCP.

### **3. Entidade Adjudicante**

- 3.1.** A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores (RAA).
- 3.2.** É representante do órgão competente para a decisão de contratar, perante todos os interessados, a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, com sede no Solar dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, telefone n.º (351) 295 204 200, fax n.º (351) 295 243 568 e e-mail [srsd@azores.gov.pt](mailto:srsd@azores.gov.pt), nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2025 de 31 de março.
- 3.3.** A entidade a quem cabe conduzir o procedimento é a Direção Regional da Saúde dos Açores, sita no Solar dos Remédios, Largo dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, com o telefone n.º (351) 295 204 200, fax n.º (351) 295 243 568 e e-mail [sres-drs@azores.gov.pt](mailto:sres-drs@azores.gov.pt), nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro, e do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2025/A, de 9 de janeiro.

### **4. Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar, de autorização de despesa e de abertura e escolha do procedimento foi tomada através de Resolução do Conselho Governo n.º 46/2025 de 31 de março.

### **5. Consulta preliminar ao mercado**

- 5.1.** Foi efetuada consulta preliminar ao mercado, ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP, para efeitos de fixação do preço base, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do mesmo diploma.
- 5.2.** Todas as informações pertinentes trocadas no âmbito da referida consulta, designadamente o preço apresentado por cada entidade consultada, podem ser disponibilizadas aos futuros concorrentes do procedimento, caso assim

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

seja solicitada, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta foram classificados como confidenciais por parte do interessado.

### **6. Admissão de concorrentes**

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP e no artigo 33º do RJCPRAA, e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos.

### **7. Agrupamentos**

- 7.1.** Ao concurso podem apresentar-se como concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 7.2.** Quando os concorrentes forem um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 7.3.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da candidatura, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.
- 7.4.** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, por qualquer forma de associação regulada pelo quadro legal vigente, designadamente, na modalidade jurídica de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas devendo, se optarem pela constituição de

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

- 7.5.** Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro agrupamento candidato.
- 7.6.** As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem.
- 7.7.** Salvo disposição imperativa da lei em sentido contrário, qualquer alteração, nomeadamente cessão de posição, ao agrupamento candidato depende de prévia autorização escrita da entidade adjudicante.

#### **8. Documentos do Procedimento**

- 8.1.** O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa do Procedimento, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.
- 8.2.** As peças do procedimento previstas no número anterior são integralmente disponibilizadas na plataforma de contratação pública *acinGov*, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) a partir da data de publicação do anúncio.
- 8.3.** Para efeitos do disposto no número anterior os interessados podem obter cópias do processo de concurso, desde a data de publicação do respetivo

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo as cópias disponibilizadas através da referida plataforma eletrónica.

- 8.4.** Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as peças do procedimento encontram-se disponíveis, pelo mesmo período em que se encontram disponíveis na plataforma de contratação pública, na Divisão de Aprovisionamento da Direção Regional da Saúde, sita na morada referida no n.º 2, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 10:00 horas às 12:00 horas e das 14:30 horas às 16:30 horas.

### **9. Júri do Procedimento**

- 9.1.** O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes, designados por despacho do órgão competente para a decisão de contratar.
- 9.2.** Compete ao júri, nomeadamente:
- a) Conduzir o procedimento;
  - b) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados;
  - c) Publicitar a lista dos concorrentes na plataforma eletrónica;
  - d) Proceder à apreciação das propostas;
  - e) Solicitar esclarecimentos sobre as propostas apresentadas;
  - f) Elaborar relatórios de análise das propostas;
  - g) Proceder à audiência prévia dos concorrentes.
- 9.3.** Compete ainda ao júri as decisões acerca de pedidos de prorrogação de prazo para apresentação das propostas e demais atos que se venham a revelar necessários no âmbito do presente procedimento, excluindo os que se encontram previstos na parte final do n.º 2 do artigo 69º do CCP.
- 9.4.** No exercício das suas funções o júri pode ser auxiliado por peritos ou consultores técnicos designados para o efeito, que podem participar nas reuniões sem direito de voto.

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**10. Esclarecimentos e erros e omissões**

**10.1.** Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas os interessados podem solicitar, por escrito, ao júri do procedimento, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como apresentar, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

**10.2.** Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que não considere exequíveis.

**10.3.** Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas possam detetar na fase de execução do contrato.

**10.4.** O incumprimento do dever de identificar os erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

**10.5.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se

**Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

- 10.6.** O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites nos termos do disposto nos números anteriores.
- 10.7.** Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar ou o júri pode, respetiva e oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento e prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 10.1, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- 10.8.** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública referida no n.º 8.2 e juntos às peças do procedimento.
- 10.9.** Os esclarecimentos e as retificações apresentados fazem parte integrante dos documentos do procedimento e prevalecem sobre estes em caso de divergência.
- 10.10.** A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista, justifica a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
- 10.11.** Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 10.12.** Quando os esclarecimentos e as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação

**Procedimento n.º 4/2025**

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

- 10.13.** A prorrogação do prazo de apresentação de propostas aproveita todos os interessados.

### **CAPÍTULO II PROPOSTAS**

#### **11. Documentos que integram a Proposta**

- 11.1.** A proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, a que se refere o artigo 36.º do RJCPRAA, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente Programa, do qual faz parte integrante, ou, em sua substituição, o Documento Europeu Único de Contratação (DEUCP), a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP, devidamente assinado(a) pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Memória descritiva dos bens e serviços que o concorrente se propõe fornecer, e/ou manuais e outros documentos técnicos aptos a demonstrar em detalhe as características gerais e as funcionalidades definidas no TÍTULO III do Caderno de Encargos, bem como todas as informações que devem constar das propostas, nomeadamente a identificação de normas e regulamentos a que o equipamento, os trabalhos e os artigos obedecem.
- c) Documento justificativo dos custos de vida do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento concursal, nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do RJCPRAA, de acordo com o **ANEXO II do presente Programa**;
- d) Declaração do fabricante em como o equipamento e outros bens que possam estar associados cumprem os requisitos definidos no Decreto-Lei

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

n.º 12/2011, de 24 de janeiro, quanto à sua conceção ecológica, sempre que aplicável, e não contêm as substâncias perigosas listadas no Anexo II da Diretiva n.º 2011/65/EU do Parlamento Europeu, transposta pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho;

- e) Preenchimento do ficheiro em formato *excel*/ anexo à plataforma eletrónica juntamente com as peças do procedimento;
- f) Registo do Código do Dispositivo Médico ou certidão que ateste a existência de procedimento de codificação em curso, se aplicável;
- g) Proposta de preço total, com indicação dos preços unitários correspondentes a todas as prestações que integram o objeto do contrato a celebrar, usado no fator PG (PG – Preço Global) do critério de adjudicação, o qual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no Caderno de Encargos, incluindo todos os pagamentos em que se incorre, com respeito pelo preço base constante do TÍTULO III do Caderno de Encargos, expresso em euros e não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III** ao presente Programa;
- h) Plano de formação e treino, com compromisso de o rever de modo a adequar em sede contratual às necessidades e limitações do Hospital da Horta, E.P.E.R.;
- i) Cronograma com planeamento das fases de entrega e instalação do equipamento, desde a receção do documento de compromisso, ou equivalente, até à data em que os utilizadores completam a formação;
- j) Lista de bens e serviços opcionais contemplados na proposta, se aplicável;
- k) Documento com identificação das entidades subcontratadas ou a subcontratar para o fornecimento, se aplicável;

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- l) Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, se aplicável;
  - m) No caso de agrupamentos concorrentes, os respetivos instrumentos de mandato e declaração indicando o representante do agrupamento;
  - n) Certidão comercial atualizada ou respetivo código de acesso ou, no caso de agrupamento de concorrentes, as respetivas certidões ou códigos de acesso às mesmas;
  - o) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e de assinatura do assinante, caso o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura;
  - p) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos dos atributos da sua proposta que importem à execução do contrato.
- 11.2.**A apresentação de proposta em desconformidade com estipulado no número anterior, dá lugar a exclusão da mesma nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 11.3.**Para efeitos do disposto na alínea g) do ponto 11.1, o preço deve ser expresso com 4 (quatro) casas decimais, sem necessidade da sua indicação por extenso, sob pena de se considerar tantos zeros quantas as casas decimais em falta.
- 11.4.**Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto os documentos técnicos que podem ser apresentados em língua estrangeira (inglês), sem prejuízo da entidade adjudicante, ou o júri, solicitarem traduções devidamente certificadas em caso de dúvidas.
- 11.5.**A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, se aplicável, com indicação do respetivo valor e a taxa legal aplicável, ou referência à norma legal que isente a sua aplicação.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**11.6.** Os documentos da proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

**11.7.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no ponto anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

### **12. Apresentação de propostas variantes ou condicionadas**

Não são admitidas propostas variantes ou condicionadas.

### **13. Preço anormalmente baixo**

**13.1.** Para efeitos do presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 40% (quarenta por cento) ou mais inferior ao preço base, nos termos do disposto pelo n.º 2 do artigo 29.º do RJCPRAA.

**13.2.** A necessidade de fixação de um preço anormalmente baixo tem em conta a especificidade dos serviços a concurso, aos quais se exige um elevado grau de confiança e credibilidade, que apenas se coaduna com a média resultante de preços de mercado de serviços de tipologia semelhante.

**13.3.** O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, deve fundamentar a decisão de exclusão de uma proposta com essa justificação, solicitando previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta.

**13.4.** Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:

a) À economia do fornecimento dos bens e serviços;

#### **Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- b) Às soluções técnicas adotadas ou às condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente comprovadamente disponha para a execução da prestação objeto do contrato a celebrar;
- c) À originalidade dos bens e serviços propostos;
- d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;
- e) À possibilidade de obtenção de um auxílio de Estado pelo concorrente, desde que legalmente concedido;
- f) À verificação de decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente, folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;
- g) Ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, referidas no n.º 2 do artigo 1.º-A do CCP.

**14. Modo de apresentação da proposta**

- 14.1.** Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica mencionada no n.º 8.2.
- 14.2.** Para efeitos do disposto no número anterior é necessário aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida, anexando todos os documentos exigidos pela entidade adjudicante.
- 14.3.** Os concorrentes devem assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e todos os documentos que lhe associarem.
- 14.4.** Em caso de ficheiros comprimidos ou *zipados* deve ser aposta assinatura eletrónica qualificada em cada um dos documentos constantes do ficheiro *zip*.
- 14.5.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

**Procedimento n.º 4/2025**



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**15. Prazo para apresentação das propostas**

- 15.1.** A proposta deve ser apresentada até às **23:59 horas UTC** do **30º dia** contado da data de envio dos anúncios.
- 15.2.** A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do concurso, o prazo referido no número anterior pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 15.3.** As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior cabem ao júri, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso daquelas decisões através de anúncios no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
- 15.4.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação ao júri, sem prejuízo do direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

**16. Prazo de manutenção das propostas**

O prazo de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte) dias.

**17. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

- 17.1.** No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma eletrónica referida no n.º 8.2 a lista dos concorrentes, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
- 17.2.** Os concorrentes podem consultar a lista referida no número anterior bem como as propostas apresentadas, na sua área de trabalho.
- 17.3.** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista de concorrentes e deve, para o efeito, apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**ADMISSÃO E SELEÇÃO DE CONCORRENTES**

**18. Critério de adjudicação**

**18.1.** O critério no qual se baseia a apreciação das propostas e consequente adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinado através da modalidade multifator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado pelos fatores e subfactores indicados no **ANEXO IV** ao presente Programa, que dele faz parte integrante, e através do qual são avaliados 4 (quatro) fatores:

- a) Preço global (PG), com ponderação de 50% (cinquenta por cento);
- b) Qualidade técnica (QT), com ponderação de 45% (quarenta e cinco por cento);
- c) Prazo de Entrega (PE), com ponderação de 2% (dois por cento);
- d) Garantia (G), com ponderação de 3% (três por cento);

**18.2.** É adjudicada a proposta à qual sejam atribuídos mais pontos, ou seja, a que dispuser de maior “pontuação final”, de acordo com a aplicação da fórmula definida.

**18.3.** Em caso de empate, é adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação parcial no fator com maior coeficiente de ponderação, caso o empate subsista, será adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação parcial no fator com segundo maior coeficiente de ponderação e por aí adiante até ao último fator.

**18.4.** Caso o empate subsista, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os concorrentes, do qual será lavrada ata pelo júri.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**19. Análise e exclusão das Propostas**

- 19.1.** As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.
- 19.2.** São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

**20. Audiência Prévia**

- 20.1.** A decisão de adjudicação é precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 20.2.** Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após envio do Relatório Preliminar pelo júri, para se pronunciarem por escrito sobre o mesmo.
- 20.3.** Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que tenham sido prestadas, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

**21. Causas de não adjudicação**

- 21.1.** Não há lugar a adjudicação quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 21.2.** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

**Procedimento n.º 4/2025**

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- 21.3.** No caso da alínea c) do nº 21.1 deste Programa, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 21.4.** Quando a entidade adjudicante decida não adjudicar, com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do nº 21.1 deste Programa, deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.
- 21.5.** A decisão de não adjudicação deve ser fundamentada, publicitada – nos mesmos termos em que foi publicitada a abertura do procedimento – e determina a revogação da decisão de contratar.
- 21.6.** Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da deliberação de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.
- 21.7.** Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do ponto 23.1 do presente Programa, ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

## **22. Causas de caducidade da adjudicação**

- 22.1.** Há lugar a caducidade de adjudicação se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
- a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
  - b) Não prestar caução no prazo e nos termos estabelecidos para o efeito;
  - c) Não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

#### **Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- d) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações;
  - e) Não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como no caso de, sendo o adjudicatário um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 7.4 deste Programa de procedimento.
- 22.2.** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 22.3.** Quando as situações previstas no número 22.1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 22.4.** Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário, ou por insolvência deste.
- 22.5.** Em caso de caducidade da adjudicação, em virtude do disposto no n.º 22.1 e na parte final do n.º 22.3, ou em virtude do disposto no número anterior, por causas que respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 22.6.** Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no n.º 25.7 deste Programa, o adjudicatário pode

**Procedimento n.º 4/2025**

#### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente tenha incorrido com a elaboração da proposta.

**22.7.** No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

### CAPÍTULO IV CONTRATO

#### **23. Documentos de habilitação**

**23.1.** O adjudicatário deve apresentar, na plataforma eletrónica de contratação referida no n.º 8.2 do presente Programa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração do concorrente de inexistência de impedimentos, a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO V** ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55º do CCP - a primeira e a última relativamente ao concorrente bem como a todos os gerentes ou administradores em efetividade de funções, se aplicável, e a segunda e a terceira relativamente ao concorrente apenas -, através das declarações dos organismos competentes, como o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Repartição de Finanças do domicílio ou sede do concorrente, quanto à situação contributiva perante a Segurança Social e ao pagamento de impostos, bem como através do certificado de registo criminal ou, quanto à condenação por crimes relevantes neste âmbito, sem

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

prejuízo, quanto a esta matéria, do disposto pelo artigo 13.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova as medidas especiais de contratação pública no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e altera o Código dos Contratos Públicos;

- c) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;
- d) Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo – RCBE (<https://rcbe.justica.gov.pt>);
- e) Certidão comercial atualizada ou respetivo código de acesso, no caso de agrupamento de concorrentes, as respetivas certidões ou códigos de acesso às mesmas, nas situações em que a(s) entregue(s) em sede de proposta já não se encontrar(em) válida(s);
- f) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e de assinatura e submissão de documentos de habilitação em plataforma eletrónica, do assinante, no caso de não resultar da certidão comercial ou outro documento entregue ao longo do procedimento;
- g) Uma declaração com a identificação completa do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, com os seguintes elementos: i) endereço; ii) número de telefone; iii) número de telefax e ou endereço de correio eletrónico; iv) número de identificação de pessoa coletiva; v) identificação da(s) pessoa(s) com poderes para vincular o concorrente; e, se for o caso, a vi) indicação da entidade designada para representar o agrupamento – a presente declaração pode ser dispensada se todos os elementos solicitados constarem de outros documentos de habilitação;
- h) Documento comprovativo do *International Bank Account Number* (IBAN) ou documento com Número de Identificação Bancária (NIB);

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- i) Acordo de Subcontratação do Tratamento de Dados Pessoais, constante do **ANEXO VII** a este Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante, indicando:
- i. Os contactos nos termos da Proteção de Dados Pessoais - Subcontratante, para efeitos de preenchimento do Apêndice I;
  - ii. As Categorias de Titulares dos Dados e Tipo de Dados Pessoais, já previamente preenchidas;
  - iii. Detalhadamente as Medidas Técnicas e Organizativas, para efeitos de preenchimento do Apêndice II.
- 23.2.** Os documentos descritos na alínea b) do número anterior devem ser apresentados também quanto a entidades subcontratadas ou a subcontratar para o fornecimento, se aplicável, nos termos e para os efeitos do disposto na al. b) do n.º 1 do artigo 317º e no n.º 3 do artigo 318º, ambos do CCP.
- 23.3.** São prova bastante do cumprimento da alínea b) do n.º 23.1 os documentos referidos no art.º 83º-A do CCP.
- 23.4.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.
- 23.5.** Quando os documentos a que se refere o n.º 23.1 se encontrem disponíveis na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 23.6.** O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na al. b) do n.º 23.1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

**Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- 23.7.** O órgão competente para a decisão de contratar ou o júri podem sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
- 23.8.** O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
- 23.9.** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação por falta de apresentação dos documentos de habilitação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 23.10.** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 23.11.** Em sede de habilitação, o adjudicatário deve indicar o(s) representante(s) para outorga do contrato e o(s) representante(s) para outorga Acordo de Subcontratação do Tratamento de Dados Pessoais.
- 23.12.** O prazo fixado para a apresentação dos documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada pode ser prorrogado por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar.

**Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**24. Caução**

- 24.1.** Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais é exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução no valor de 2 % (dois por cento) do montante do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos do artigo 90.º do RJCPRAA.
- 24.2.** Quando o preço total resultante da proposta adjudicada é considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10 % (dez por cento) do montante do preço contratual.
- 24.3.** A caução é prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação de adjudicação e a sua prestação é comprovada junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 24.4.** A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o modelo previsto no **ANEXO VI** ao presente Programa, do qual faz parte integrante.

**25. Minuta e celebração do contrato**

- 25.1.** A minuta do contrato é aprovada pela entidade adjudicante nos termos do disposto no artigo 98.º do CCP, juntamente com a decisão de adjudicação.
- 25.2.** Da minuta do contrato deve constar, expressamente, os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos pela entidade adjudicante do contrato que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados, nos termos do disposto pelo n.º 4 do artigo 98.º do CCP.
- 25.3.** A entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação

**Procedimento n.º 4/2025**

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

**25.4.** A entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.

**25.5.** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos definidos no artigo 101.º do CCP.

**25.6.** Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

**25.7.** A outorga do contrato deve ter lugar nos prazos e termos do CCP, indicando o representante do adjudicatário para outorga do contrato bem como do Acordo de Subcontratação do Tratamento de Dados Pessoais, e disponibilizando documento que ateste os necessários poderes para o efeito, se isso já não resultar dos elementos entregues ao longo do procedimento.

**25.8.** A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, por via eletrónica, não podendo esse prazo ser inferior a 3 (três) dias.

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **26. Encargos do concorrente**

São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta, à prestação da caução e à celebração e redução do contrato a escrito.

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**27. Comunicações**

- 27.1.** As comunicações relacionadas com o presente procedimento de contratação, no que diz respeito a pedidos e resposta a esclarecimentos, listas de erros e omissões e apresentação de propostas, são efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação mencionada no n.º 8.2 deste Programa.
- 27.2.** As restantes comunicações são preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica referida, sem prejuízo do disposto nos artigos 468.º e 469.º do CCP e no artigo 61.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
- 27.3.** Salvo quando referido em contrário neste Programa do Procedimento, todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento serão efetuados em português, sendo igualmente redigido em língua portuguesa o contrato a celebrar.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**  
**ANEXO I**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do RJCPRAA e a alínea 11.1.a) do Programa do Procedimento)

1 - \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de \_\_\_\_\_ (referência e designação do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto –Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;
- l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;
- m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ANEXO II

**ESTIMATIVA DOS CUSTOS DO CICLO DE VIDA**

**Pressupostos:**

- Número de anos de utilização do equipamento: 20 anos;
- Custo de energia elétrica: 0,1365 €/kWh;
- Número de dias de utilização por ano: 365 dias/ano;
- Estimativa de exames por dia: 4 exames/dia
- Custo de eliminação dos resíduos: 0,97 €/kg;

**A. Custos relacionados com a aquisição**

Equipamento	Preço Aquisição do equipamento (inclui todos os custos, encargos e despesas que se revelem necessários à execução contratual, excluindo-se a imputação à entidade adjudicante de quaisquer outros encargos que não estejam expressamente atribuídos)	Observações
Ressonância Magnética		

**B. Custo estimado com energia**

Equipamento	Potência (W)	Consumo estimado/dia	Consumo estimado/ano	Consumo estimado/20 anos
Ressonância Magnética				

**C. Custos de manutenção**

Tipo	Custo estimado anual	Custo estimado/20 anos	Observações
Manutenção Preventiva*			
Manutenção Corretiva*			
Peças e componentes			
Outros custos associados a manutenção, tais como hélio e antenas			
<b>Total</b>			

\*incluindo mão-de-obra, materiais necessários e despesas de deslocação.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**D. Custo estimado de eliminação de resíduos**

Custo estimado de desativação e remoção para aterro apropriado no fim de vida do equipamento.

Resíduo	Peso médio (kg)	Custo de eliminação em 20 anos
Equipamento Ressonância Magnética		

**E. Tempo médio estimado de vida útil do equipamento**

Indicar estimativa do tempo de vida útil do equipamento.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA**

(a que se refere a alínea 11.1.g) do Programa do Procedimento)

\_\_\_\_\_ (firma e sede ou nome e morada)<sup>1</sup>, de \_\_\_\_\_ (micro, pequena, média ou grande) dimensão, representado(a) pelo seu gerente/administrador/representante comum \_\_\_\_\_ (nome, estado civil, naturalidade e morada)<sup>2</sup>, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos do Procedimento \_\_\_\_\_ (referência e designação ao procedimento em causa), obriga-se a celebrar o fornecimento de:

Artigo unitário	Preço
(Descrição do artigo unitário incluindo a componente de obras para adaptação do equipamento)	(Preço do artigo unitário sem IVA)
...	...
	(Valor total sem IVA)
(Valor do IVA à taxa em vigor)	(Valor total do IVA)
	(Valor total dos artigos com IVA)

nos termos previstos no Caderno de Encargos, bem como a cumprir as demais obrigações constantes desse documento concursal e dos documentos que integram esta proposta, pelo preço da tabela supra, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado, o qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

<sup>1</sup> Se o concorrente for um agrupamento, proceder à identificação de todos os membros do agrupamento concorrente.

<sup>2</sup> Se aplicável.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data, Assinatura

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO  
ANEXO IV  
**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação da proposta será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa.

Os concorrentes devem obrigatoriamente, preencher o ficheiro *Excel* de avaliação (duas folhas) em anexo às peças do procedimento. O não preenchimento, preenchimento indevido ou incompleto, é considerado motivo de **exclusão**.

**1. Modelo de avaliação das propostas**

**1.1.** A proposta será avaliada através da aplicação dos fatores de escolha, abaixo mencionados, afetados pelos respetivos coeficientes de ponderação.

**1.2.** Cada um dos fatores é valorizado de acordo com os elementos constantes da proposta:

- Preço Global (PG) – 50%;
- Qualidade técnica (QT) – 45%
- Prazo de Entrega (PE) – 2%
- Garantia (G) – 3%

sendo a classificação final dada pela seguinte fórmula:

$$CF = PG + QT + PE + G \quad (1)$$

em que, de seguida, se apresenta em detalhe como se pontua cada um dos critérios.

**a) Preço Global (PG) – 50%**

O preço (em %) será determinado pela seguinte fórmula:

$$PG = \frac{(PB-PP)}{PB} \times 50 \quad (2)$$

**Procedimento n.º 4/2025**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PB – Preço base

PP – Preço da proposta em apreciação

PG – Pontuação do concorrente em apreço no critério preço

Onde PG é o valor a transportar para a classificação final (1), PB, de acordo com o artigo 47º do CCP, o valor base da adjudicação 1.300.000,00€ (um milhão e trezentos mil euros), e PP é o valor da proposta.

**b) Qualidade técnica (QT) – 45%**

A qualidade técnica é avaliada pela soma das percentagens dos seguintes critérios, sendo o valor total transposto para a equação (1):

**1) Sistemas de Sincronismo fisiológico com comunicação *wireless***

- Não – 0%
- Sim – 1 %

**2) Se o número de canais independentes do recetor RF que possam ser usados, simultaneamente, numa só aquisição e num só FOV for:**

- > 32 e < 40 canais - 0%
- ≥ 40 e < 44 canais - 1%
- ≥ 44 canais – 3%

**3) Amplitude máxima (mT/m/s) para cada eixo, nos três eixos, sendo estes valores efetivos e não baseados na comparação com valores de TE e TR. Deve permitir a soma vetorial.**

- > 33 e < 45 mT/m/s – 0%
- ≥ 45 mT - 5%

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- 4) Slew Rate máximo (T/m/s) para cada eixo, nos três eixos, sendo estes valores efetivos e não baseados na comparação com valores de TE e TR. Deve permitir a soma vetorial.**
- > 125 e < 200 mT/m/s – 0%
  - ≥ 200 mT – 5%
- 5) Se potência do amplificador de transmissão RF for:**
- > 16 e ≤ 18 kW – 0%
  - > 18 e < 25 kW – 1%
  - ≥ 25kW – 2%
- 6) Número de canais utilizados em simultâneo pela combinação das antenas propostas**
- > 64 e ≤ 100 – 0%
  - > 100 e < 120 – 2%
  - ≥ 120 – 5%
- 7) A mesa deve permitir a cobertura de corpo inteiro sem necessidade de reposicionamento**
- > 150 ≤ 200 cm – 0%
  - > 200 cm – 2%
- 8) Se equipamento possui uma antena de cabeça-pescoço:**
- > 16 e < 20 canais – 0
  - ≥ 20 canais – 2%
- 9) Se equipamento possui antena dedicada de joelho:**
- > 16 e < 18 canais – 0%
  - ≥ 18 canais - 2%
- 10) Se equipamento possui duas antenas de superfície totalmente flexíveis multiplicações**
- > 16 e < 18 canais – 0%
  - ≥ 18 canais - 2%

**Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- 11) Se equipamento possuir uma antena de mama (para diagnóstico)**
- > 16 e < 18 canais – 0%
  - ≥ 18 canais - 2%
- 12) Se equipamento possuir espessura mínima de corte 2D de**
- ≥ 0,2 e ≤ 0,5 mm – 0%
  - < 0,2 mm – 1%
- 13) Se equipamento possuir espessura mínima de corte 3D de**
- ≥ 0,06 e ≤ 0,1 mm – 0%
  - < 0,06 mm – 1%
- 14) Algoritmo de reconstrução de imagem baseado *em deep learning* desenhado para diminuição de ruído, aumentar razão sinal ruído e qualidade de imagem, mantendo integridade da *raw data*, eliminando artefactos de Gibbs e permitindo menores tempos de aquisição. Aplicável a sequências 2D, sequências EPI, 3D e gradientes de eco.**
- Não – 0%
  - Sim – 5%
- 15) Equipamento possui um sistema de otimização automática do fluxo de trabalho para crânio e seja igualmente aplicável a exames de coluna e das grandes articulações permitindo, a identificação do disco intervertebral, a legendagem automática das vertebrae, a automatização do posicionamento e o alinhamento de grupos de cortes em relação a uma anatomia específica, entre outras características.**
- Não – 0%
  - Sim – 2%
- 16) Equipamento permite realizar estudos dinâmicos com contraste, em abdómen, em respiração livre, com base na aplicação de uma sequência *golden-angle stack of star radial* mais insensível ao**

**Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**movimento e ao mesmo tempo permitir a seleção da resolução temporal, na fase de reconstrução de imagem, que deve ser baseada na técnica de *compressed sensing*, e se o algoritmo reconhecer, automaticamente, as diferentes fases, reconstruindo apenas as imagens relevantes**

- Não – 0%
- Sim – 2%

**17) Equipamento permite a realização de exames cardíacos sem necessidade de recurso à colocação de elétrodos ECG**

- Não – 0%
- Sim – 2%

**18) Soluções técnicas de *Shimming* integrado e dedicado na antena de cabeça/pescoço, para redução das heterogeneidades geradas pela anatomia do paciente**

- Não – 0%
- Sim – 1%

**c) Prazo de Entrega (PE) – 2%**

**Data de entrada de funcionamento normal do equipamento, a contar a partir da data de início de produção de efeitos do contrato (Te)**

- $Te > 120$  dias contínuos – 0%
- $90 < Te \leq 120$  dias contínuos – 1%
- $Te \leq 90$  dias contínuos – 2%

**d) Garantia – 3%**

**Extensão das condições de Garantia até 5 anos (2 anos adicionais à garantia exigida por lei)**

- Extensão de 1 ano – 2 %
- Extensão de 2 anos – 3%

**Procedimento n.º 4/2025**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA e a alínea 23.1.a) do Programa do Procedimento)

1 - \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de \_\_\_\_\_ (referência e designação ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto –Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas

nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**ANEXO VI**

**MODELO DE CAUÇÃO**

Em nome e a pedido da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, vem o (a) \_\_\_\_\_ (instituição), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancário/seguro caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismo e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (referência e designação ao procedimento em causa), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 42.º e 43.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, e nos 89º e 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a \_\_\_\_\_ % do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objetos do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (local), ... (data), ... (assinatura)

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**ANEXO VII**

**MODELO DO ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS  
PESSOAIS**

**Entre**

**SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL**, pessoa coletiva com o n.º 600 083 756 e sede no Solar dos Remédios – Largo dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, neste ato devidamente representada por Mónica Reis Seidi, na qualidade de Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, com poderes para o ato, doravante designada por “Responsável pelo Tratamento” ou “Primeira Contraente”,  
e

[●], pessoa coletiva com o n.º [●] e sede em [●], neste ato devidamente representada por [●], na qualidade de [●], com poderes para o ato, doravante designada por “Subcontratante” ou “Segunda Contraente”,

conjuntamente designadas por “Partes”.

Considerando que:

- I. As Partes mantêm entre si uma relação comercial através da qual a Segunda Contraente presta à Primeira Contraente serviços de *[inserir objeto do contrato celebrado]*.
- II. No âmbito da referida relação comercial, e para cumprimento das suas obrigações contratuais, a Segunda Contraente trata Dados Pessoais da responsabilidade da Primeira Contraente.
- III. Desde 25 de maio de 2018, pela aplicação do Artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais (doravante “Regulamento Geral de Proteção de

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Dados”) que as Partes são obrigadas a estabelecer os termos e condições aplicáveis à subcontratação da(s) atividade(s) de Tratamento de Dados Pessoais e as obrigações das Partes.

Acordam as Partes na celebração do presente Acordo de Subcontratação do Tratamento de Dados Pessoais (“Acordo”), que se rege pelas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### (Definições)

Para efeitos do presente Acordo, e sem prejuízo das definições estabelecidas na legislação aplicável, entende-se por:

- **Dados Pessoais:** informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular;
- **Tratamento:** uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre Dados Pessoais ou sobre conjuntos de Dados Pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;
- **Responsável pelo Tratamento:** pessoa, singular ou coletiva, que determina as finalidades e os meios de Tratamento de Dados Pessoais, neste caso, a Primeira Contraente;
- **Subcontratante:** pessoa, singular ou coletiva, que trata os Dados Pessoais por conta do Responsável pelo Tratamento, neste caso, a Segunda Contraente;

#### Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

- **Subcontratante ulterior:** designa qualquer subcontratante contratado pela Segunda Contraente que aceite tratar Dados Pessoais exclusivamente destinados a atividades de Tratamento a realizar em nome do Responsável pelo Tratamento, em conformidade com as suas instruções e nos termos deste Acordo;
- **Instruções:** qualquer comunicação escrita, dirigida pela Primeira Contraente à Segunda Contraente, para atuar de determinada forma em relação aos Dados Pessoais. Estas instruções são suscetíveis de ser retificadas, retiradas, ampliadas, ou substituídas, em qualquer altura e mediante notificação pela Primeira Contraente;
- **Violação de Dados Pessoais:** designa uma violação da segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a Dados Pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de Tratamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### (Objeto)

1. O presente Acordo especifica as obrigações das Partes no que respeita ao Tratamento de Dados Pessoais realizado no âmbito do cumprimento das obrigações resultantes da relação contratual estabelecida.
2. O presente Acordo aplica-se a todas as atividades realizadas pela Segunda Contraente, ou por Subcontratante Ulterior que atue em seu nome e por sua conta na medida em que para tal esteja legitimado, no âmbito da relação contratual estabelecida, das quais resulte um tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente.
3. Para efeitos do presente Acordo, as Partes desde já reconhecem e confirmam que a Primeira Contraente é a Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais, e a Segunda Contraente é a Subcontratante, conforme definidas na Cláusula Primeira.
4. O objeto, natureza, finalidade e duração do Tratamento de Dados Pessoais realizado ao abrigo do presente Acordo, bem como o tipo de Dados Pessoais e as categorias

#### Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

de Dados Pessoais tratados encontram-se detalhados no Apêndice I e as Medidas Técnicas e Organizativas da Segunda Contraente no Apêndice II ao presente Acordo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**(Responsabilidade)**

1. Cada uma das Partes deverá cumprir as respetivas obrigações decorrentes do presente Acordo e será responsável pelo cumprimento das obrigações legais previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados e legislação nacional em vigor sobre esta matéria na exata medida da sua intervenção e controlo sobre o respetivo Tratamento, quer seja Responsável pelo Tratamento ou Subcontratante nos termos da lei.
2. As Partes deverão auxiliar-se mutuamente no cumprimento das respetivas obrigações decorrentes do presente Acordo e da demais legislação aplicável à proteção de Dados Pessoais, devendo as Partes evitar, em qualquer circunstância, colocar a outra Parte em situação que resulte na violação de obrigações legais e/ou regulamentárias.
3. A Segunda Contraente, enquanto Subcontratante, deve tratar os Dados Pessoais por conta da Primeira Contraente, em respeito pela legislação referente à proteção Dados Pessoais.
4. Caso a Segunda Contraente se veja obrigada ao Tratamento de Dados Pessoais da responsabilidade da Primeira Contraente para cumprimento de uma obrigação legal, deverá informar a Primeira Contraente desse requisito legal, na medida em que a lei aplicável o permitir.
5. A Segunda Contraente compromete-se a tratar os Dados Pessoais apenas mediante instruções da Primeira Contraente. Em caso de dúvida na interpretação das instruções, deve a Segunda Contraente contactar com a maior brevidade possível a Primeira Contraente.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

6. A Segunda Contraente compromete-se a não tratar os Dados Pessoais da responsabilidade da Primeira Contraente no seu próprio interesse ou em proveito próprio, ou de forma diferente das instruções da Primeira Contraente, e deverá manter esses dados logicamente separados de outros Dados Pessoais que trate por conta de terceiros.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**(Obrigações da Segunda Contraente)**

1. A Segunda Contraente assegurará que:
- a) Todo o seu pessoal que tenha acesso a Dados Pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente nos termos deste Acordo mantém a confidencialidade dos mesmos, obrigação que será contratualmente imposta;
  - b) O acesso aos Dados Pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações da Segunda Contraente nos termos da relação contratual estabelecida, e do presente Acordo. Tal acesso será dado apenas na medida do estritamente necessário ao cumprimento dos deveres particulares da cada pessoa/funcionário da Segunda Contraente;
  - c) Todo o seu pessoal que tenha acesso a Dados Pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente nos termos deste Acordo teve formação apropriada às suas funções, no que respeita ao Tratamento de Dados Pessoais, e também no que refere à legislação aplicável;
  - d) Não copia, reproduz, adapta, modifica, altera, apaga, destrói, difunde, transmite, divulga ou, por qualquer outra forma, coloca à disposição de terceiros os dados, sem que para tal tenha sido expressamente autorizado pela Primeira Contraente e trata, aplica ou utiliza os dados para qualquer finalidade além daquela subjacente à relação comercial estabelecida entre as Partes e que sustenta a celebração deste Acordo.

**Procedimento n.º 4/2025**



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

2. Durante a vigência da relação contratual estabelecida, a Segunda Contraente deverá fornecer todas as informações solicitadas pela Primeira Contraente, prestar-lhe assistência e documentação que lhe permita verificar que a Segunda Contraente cumpre com os requisitos previstos na legislação aplicável.
3. A Segunda Contraente deverá conservar um registo descritivo de todas as atividades que envolvam o Tratamento de Dados Pessoais por conta da Primeira Contraente, contendo a informação descrita na legislação aplicável, nomeadamente as categorias de Dados Pessoais tratados, a finalidade do Tratamento, a identificação do Responsável pelo Tratamento dos dados e seus contactos.
4. A Segunda Contraente notificará de imediato a Primeira Contraente de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
5. Os Dados Pessoais serão tratados e utilizados pela Segunda Contraente exclusivamente na União Europeia. Qualquer transferência de Dados Pessoais para fora do território da União Europeia carece, previamente e por escrito, da autorização da Primeira Contraente.
6. A Segunda Contraente reconhece e concorda que todos os direitos, títulos e interesses referentes aos Dados Pessoais da Primeira Contraente (incluindo todos os direitos de propriedade intelectual que deles derivem) são da exclusiva propriedade da Primeira Contraente.
7. Se o(s) titular(es) de Dados Pessoais solicitar(em) diretamente à Segunda Contraente o acesso, a retificação, o apagamento, a limitação ou a portabilidade dos seus Dados Pessoais, ou opor-se ao Tratamento dos seus Dados Pessoais, a Segunda Contraente deverá reencaminhar o pedido à Primeira Contraente sem demora e num prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis após receção do mesmo. A Segunda Contraente apenas retifica, apaga, transfere ou limita o Tratamento dos Dados pessoais mediante Instrução escrita expressa da Primeira Contraente para o efeito.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA**

**(Medidas de Segurança)**

1. A Segunda Contraente compromete-se a adotar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger de forma concreta e adequada, os Dados Pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente contra o Tratamento não autorizado ou ilegal, a perda accidental, a destruição, o dano, e a alteração ou divulgação dos mesmos, tendo em conta a natureza e especificidade do Tratamento, a partir do momento em que inicie qualquer Tratamento por conta da Primeira Contraente.
2. A Segunda Contraente compromete-se a documentar sumariamente as referidas medidas, a disponibilizá-las e a atualizá-las sempre que solicitadas pela Primeira Contraente. A Segunda Contraente poderá implementar, sem notificação prévia do Primeiro Contraente, medidas de segurança alternativas, desde que garantam o mesmo nível de segurança fornecido pelas medidas aceites pela Primeira Contraente no momento da assinatura deste Acordo.
3. A Segunda Contraente é exclusivamente responsável por qualquer incidente de segurança ou violação de Dados Pessoais que decorra, direta ou indiretamente, da inadequação ou ineficácia das medidas de segurança adotadas.

**CLÁUSULA SEXTA**

**(Violações de Dados Pessoais)**

1. Se a Segunda Contraente tomar conhecimento, ou suspeitar, de Violações de Dados Pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados tratados pela Segunda Contraente, deve notificar, por escrito, a Primeira Contraente disponibilizando-lhe uma descrição da Violação de Dados ocorrida, informando-o das categorias e número de Titulares de Dados afetados, bem como as categorias e número de registos de Dados Pessoais em causa, das prováveis

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Primeira Contraente possa razoavelmente solicitar.

2. Quando se verifique uma Violação de Dados Pessoais a Segunda Contraente deverá, sem demora injustificada: i) tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação; (ii) desenvolver as ações necessárias para remediar a violação e (iii) documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da Autoridade de Controlo.
3. A Segunda Contraente não deve divulgar nem publicar qualquer arquivo, comunicação, notificação, comunicado de imprensa ou relatório relativo a qualquer Violação de Dados Pessoais da Primeira Contraente sem o seu prévio consentimento escrito.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA** **(Subcontratantes Ulteriores)**

1. A contratação de Subcontratantes Ulteriores, por parte da Segunda Contraente, para a realização de operações específicas de Tratamento de Dados Pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente, requer a autorização prévia deste último por escrito.
2. Caso a Segunda Contraente contrate Subcontratantes Ulteriores com o consentimento da Primeira Contraente, deverá exigir-lhes contratualmente o cumprimento de obrigações similares às estipuladas no presente Acordo, nomeadamente no que refere às obrigações de confidencialidade e proteção de Dados Pessoais, e à apresentação de medidas técnicas e organizativas que garantam a segurança dos dados. A Segunda Contraente deve restringir o acesso dos Subcontratantes aos Dados Pessoais sob a responsabilidade da Primeira Contraente na medida necessária à prestação dos seus serviços.

#### **Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

3. No caso de um Subcontratante Ulterior da Segunda Contraente não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, a Segunda Contraente manter-se-á responsável, perante a Primeira Contraente, pelo cumprimento das obrigações desse Subcontratante Ulterior e pelos eventuais danos causados na esfera da Primeira Contraente ou de terceiros.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**(Auditorias)**

1. A Segunda Contraente deverá cooperar com a Primeira Contraente e disponibilizar-lhe as informações e documentação solicitadas para efeitos de verificação do cumprimento com as obrigações estabelecidas no presente Acordo e legislação em matéria de proteção de Dados Pessoais.
2. Na eventualidade de a Primeira Contraente detetar alguma irregularidade ou indício de violação na informação e/ou documentação fornecida pela Segunda Contraente, deverá notificar a Segunda Contraente para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção da notificação, corrigir a irregularidade identificada.
3. No caso de a Segunda Contraente incumprir com as medidas corretivas indicadas pela Primeira Contraente ou não cumprir com o prazo estabelecido no ponto anterior, a Primeira Contraente tem o direito de realizar auditorias, por si ou por terceiros contratados para o efeito, à Segunda Contraente, de modo a verificar a conformidade do Tratamento de Dados Pessoais com as obrigações estabelecidas no presente Acordo e, bem assim, com as decorrentes das disposições legais e/ou regulatórias.
4. Em caso de auditoria, a Segunda Contraente deverá, mediante solicitação prévia, permitir à Primeira Contraente ou terceiros contratados para o efeito, o acesso às suas instalações, computadores e outros sistemas de informação, registos e documentos (desde que permitido pela legislação aplicável).
5. A Segunda Contraente prestará toda a assistência que lhe for solicitada pela Primeira Contraente no âmbito das referidas auditorias.

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**CLÁUSULA NONA**

**(Prazo de conservação)**

1. No prazo de 15 (quinze) dias após o término da relação contratual, ou após solicitação escrita da Primeira Contraente, a Segunda Contraente eliminará todos os Dados Pessoais da responsabilidade da Primeira Contraente, no respeito pela legislação referente à proteção de dados. Se requerido pela Primeira Contraente, a Segunda Contraente criará, e disponibilizará, um registo de eliminação dos dados.
2. Enquanto a Primeira Contraente mantiver uma relação contratual com a Segunda Contraente, e utilize produtos e/ou serviços seus, a Segunda Contraente reterá os dados da Primeira Contraente conforme estabelecido abaixo, a menos que a Primeira Contraente solicite por escrito um período de retenção de dados diferente. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias a Segunda Contraente eliminará os Dados Pessoais da Primeira Contraente.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

**(Deveres de Informação e Forma de Comunicação)**

1. Quando a Primeira Contraente for obrigada, nos termos da legislação relativa à proteção de Dados Pessoais, a facultar informação a determinada pessoa ou autoridade governamental, reguladora ou supervisora, sobre o Tratamento dos seus Dados Pessoais, a Segunda Contraente deve prestar-lhe assistência disponibilizando-lhe prontamente a informação solicitada até 10 (dez) dias úteis após a receção da solicitação por escrito.
2. Quando à Segunda Contraente (i) for exigido por lei, ordem judicial, intimação ou outro instrumento judicial, a divulgação de Dados Pessoais da Primeira Contraente a qualquer pessoa que não ele ou (ii) receba qualquer indicação, comunicação, pedido ou reclamação de qualquer autoridade governamental, regulatória ou supervisora, a Segunda Contraente deverá, quando a lei o permita, notificar de imediato a Primeira Contraente por escrito, e deverá prestar toda a assistência

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

necessária, em tempo útil, para que a Primeira Contraente possa responder ou reclamar de quaisquer inquéritos, comunicações, pedidos ou reclamações e cumprir os prazos legais aplicáveis.

3. Qualquer alteração ou retificação deste Acordo só será válida e vinculativa (i) quando feita por escrito e (ii) quando faça referência expressa ao facto de ser alteração ou retificação deste Acordo. A renúncia a qualquer disposição deste Acordo deve ser registada por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**(Incumprimento)**

1. No caso de falta de cumprimento de qualquer das obrigações da Segunda Contraente estabelecidas no âmbito deste Acordo, a Primeira Contraente poderá resolver o(s) contrato(s) de suporte à relação comercial estabelecida entre as Partes e o presente Acordo, através de comunicação escrita dirigida à Segunda Contraente, ficando este obrigado a ressarcir a Primeira Contraente por todos os prejuízos causados, sem limitação alguma, incluindo, entre outros, todos os custos em que a Primeira Contraente incorrer com quaisquer reclamações ou ações de terceiros por infração de regras de proteção de Dados Pessoais, coimas ou outras sanções que lhe forem impostas, custas de processos e honorários de advogados.
2. A Segunda Contraente deverá pagar à Primeira Contraente uma pena pecuniária no valor de 80.000,00 EUR (oitenta mil euros) ou de 30% (trinta por cento) do valor total das remunerações que a Segunda Contraente tiver recebido, consoante o que for maior, se cometer alguma das seguintes infrações e por cada uma delas: a) permitir o acesso aos Dados Pessoais por terceiros ou efetuar qualquer comunicação, utilização ou outra forma de Tratamento dos Dados Pessoais, efetuada por si ou por pessoas por si autorizadas ou subcontratadas, que divergir desta cláusula ou for contrário às instruções da Primeira Contraente; ou b) não notificar a Primeira Contraente de uma violação de Dados Pessoais conforme se convencionou nesta

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

cláusula. A obrigação de pagamento desta penalidade não depende da averiguação de danos sofridos pela Primeira Contraente, não é limitada ao valor desses danos e é cumulável com outros direitos da Primeira Contraente.

3. A sanção contratual determinada no ponto anterior terá de ser paga pela Segunda Contraente no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação feita pela Primeira Contraente na qual a mesma seja aplicada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
**(Disposições Gerais)**

1. Este Acordo constitui o entendimento total das Partes no que diz respeito ao seu objeto, e substitui todas as comunicações e entendimentos orais ou escritos prévios relativos ao objeto do presente Acordo.
2. Caso alguma das cláusulas do presente Acordo venha a ser declarada nula ou por qualquer forma inválida ou inexecutível, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade, invalidade ou inexecutibilidade não afetará a validade das restantes cláusulas do Acordo, comprometendo-se as Partes a acordar, de boa-fé, uma disposição que substitua aquela e que, tanto quanto possível, produza os mesmos efeitos. no caso de tal não ser possível, ambas as Partes procurarão salvaguardar o Acordo sem pôr em causa qualquer elemento essencial em que formaram a sua decisão de contratar.
3. Nenhum aditamento ou modificação ao presente Acordo produzirá efeitos a não ser que seja reduzido a escrito e assinado por ambas as Partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**  
**(Duração)**

1. O presente Acordo permanecerá em vigor durante a execução dos contratos estabelecidos entre as Partes.
2. O presente Acordo extingue-se automaticamente e de pleno direito na data em que o contrato comercial se extinga, independentemente da razão, sem necessidade de

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

qualquer outra formalidade ou requisito, exceto se a Primeira Contraente decidir prorrogá-lo por um período adicional, mediante comunicação escrita enviada à Segunda Contraente para o efeito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**  
**(Lei Aplicável)**

O presente Acordo reger-se-á e será interpretado de acordo com a Lei Portuguesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**(Resolução de Litígios)**

Para julgar todas as questões emergentes do presente Acordo fixa-se competente o foro da comarca da sede da Primeira Contraente.

O presente Acordo integralmente dactilografado e sem rasuras, foi celebrado em duas vias, iguais em valor e conteúdo, assinadas e rubricadas pelas Partes, contraentes ficando cada uma das Partes na posse de um exemplar.

**Pela SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL,**

**Pela [Subcontratante]**

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**Detalhes do Tratamento**

**Natureza e finalidade do Tratamento**

O presente acordo aplica-se a todos os serviços de tratamento de dados, nos termos do artigo 28º RGPD, que a [Subcontratante] presta à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social com base no contrato de [objeto do contrato], em especial a todas as atividades durante as quais os trabalhadores da [Subcontratante] ou subcontratantes ulteriores contratados por esta, possam ter acesso aos dados pessoais da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social ou de terceiros.

**Contactos nos termos da Proteção de Dados Pessoais**

<b>Responsável pelo Tratamento</b>	<b>Subcontratante</b>
<i>E-mail:</i> srsd@azores.gov.pt Morada: Solar dos Remédios – Largo dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo Telefone: +351 295 204 200	<i>E-mail:</i> [●] Morada: [●] Telefone: [●]

**Categorias de Titulares dos Dados**

Os Dados Pessoais tratados estão relacionados com as seguintes categorias de titulares dos dados:

- ☒ Clientes
- ☒ Colaboradores
- ☒ Menores

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- ☒ Utilizadores
- ☒ Clientes empresariais e corporativos (contactos individuais nestes clientes)
- ☒ Fornecedor e/ou Prestador de Serviços (contactos individuais nestes fornecedores)
- ☐ Outra, por favor especificar: .....

**Tipo de Dados Pessoais**

Os Dados Pessoais tratados pelo Subcontratante em nome da Primeira Contraente estão relacionados com as seguintes categorias de Dados Pessoais:

- ☒ Nome do titular
- ☒ Número de identificação
- ☒ Dados de morada
- ☒ Dados de contacto
- ☒ Dados de perfil
- ☒ Dados comportamentais
- ☒ Dados de saúde
- ☒ Dados genéticos
- ☒ Dados de localização
- ☒ Dados biométricos
- ☒ Dados relativos a crédito e solvabilidade

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

- ☒ Dados bancários
- ☒ Dados de recursos humanos
- ☒ Dados de faturação
- ☒ Imagem
- ☒ Voz
- ☐ Outro, por favor especificar: .....

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

## Apêndice II

### Medidas Técnicas e Organizativas

O presente Apêndice descreve as medidas técnicas e organizativas asseguradas pela Segunda Contraente, enquanto Subcontratante, relativamente ao Tratamento de Dados Pessoais ao abrigo do presente Acordo.

---

#### 1. CONTROLO DE ADMISSÃO

1.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar o acesso físico. Em particular, compromete-se a:

(a) impedir pessoas não autorizadas de terem acesso a sistemas de Tratamento de dados com os quais os Dados Pessoais sejam tratados; e

(b) proteger escritórios nos quais os Dados Pessoais sejam tratados, colocando em prática medidas adequadas contra o acesso por pessoas não autorizadas.

1.2 As medidas descritas neste parágrafo 1.1 (Controlo de Admissão) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

---

#### 2. CONTROLO DE ENTRADA

2.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar o acesso a sistemas. Em particular, compromete-se a:

(a) impedir que sistemas de Tratamento de dados sejam utilizados sem autorização;

(b) conceder apenas a colaboradores do Subcontratante o acesso a aplicações que tratem Dados Pessoais, na medida em que dele necessitem para cumprir a sua função; e

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

(c) assegurar que o controlo de acesso é suportado por um sistema de autenticação.

2.2 As medidas descritas neste parágrafo 2.1 (Controlo de Entrada) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

---

**3. CONTROLO DE ACESSO**

3.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar o acesso a dados. Em particular, compromete-se a:

(a) assegurar que as pessoas autorizadas a utilizar um sistema de Tratamento de dados acedem apenas aos dados para os quais têm direito de acesso, e que os Dados Pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização, tanto no decurso do Tratamento como após o armazenamento; e

(b) conceder apenas autorização para aceder a Dados Pessoais a colaboradores do Subcontratante que necessitem de acesso para cumprir as suas funções na prestação dos serviços ao abrigo do Contrato. Além disso, o Subcontratante concederá apenas aos seus colaboradores o nível de acesso (por exemplo, funções) necessário para exercer as respetivas funções na prestação dos serviços ao abrigo do Contrato. O Subcontratante assegurará que apenas o pessoal autorizado do Subcontratante pode aceder aos Dados Pessoais.

3.2 As medidas descritas neste parágrafo 3.1 (Controlo de Acesso) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

**Procedimento n.º 4/2025**

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

#### **4. CONTROLO DE TRANSFERÊNCIA**

4.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar a divulgação. Em particular, compromete-se a:

(a) assegurar que os Dados Pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização, durante a transmissão eletrónica ou o transporte, e que é possível verificar e estabelecer para que entidades está prevista a transferência de Dados Pessoais por meio de serviços de transmissão de dados; e

(b) encriptar todos os Dados Pessoais, se estiverem armazenados num ambiente sem controlo de acesso físico, ou se estiverem armazenados ou forem transferidos para fora do sistema de controlo de acesso lógico e físico do Subcontratante.

4.2 As medidas descritas neste parágrafo 4.1 (Controlo de Transferência) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

---

#### **5. CONTROLO DE INTRODUÇÃO**

5.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar a introdução. Em particular, compromete-se a:

(a) assegurar que é possível verificar e estabelecer se e por quem os Dados Pessoais foram introduzidos em sistemas de Tratamento de dados, modificados ou removidos; e

(b) permitir apenas que pessoal autorizado do Subcontratante modifique quaisquer Dados Pessoais no âmbito da sua função. O Subcontratante terá de registar quaisquer alterações efetuadas aos Dados Pessoais, se tais alterações não forem efetuadas pelo Responsável pelo Tratamento.



#### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

5.2 As medidas descritas neste parágrafo 5.1 (Controlo de Introdução) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

---

## 6. CONTROLO DE COMISSÃO

6.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar a comissão. Em particular, compromete-se a:

(a) assegurar que, no caso do Tratamento de Dados Pessoais, os dados são tratados em conformidade com as instruções do Responsável pelo Tratamento;  
e

(b) levar a cabo o Tratamento apenas em conformidade com as instruções do Responsável pelo Tratamento.

6.2 As medidas descritas neste parágrafo 6.1 (Controlo de Comissão) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

---

## 7. CONTROLO DE DISPONIBILIDADE

7.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar a disponibilidade. Em particular, compromete-se a:

(a) assegurar que os Dados Pessoais estão protegidos contra destruição ou perda acidental; e

(b) implementar medidas de forma a que caso exista uma quebra dos serviços, o Subcontratante deverá ser capaz de retomar os serviços conforme previsto no Contrato.

7.2 As medidas descritas neste parágrafo 7.1 (Controlo de Disponibilidade) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*

#### Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

## **8. CONTROLO DE SEPARAÇÃO MULTIENTIDADES**

8.1 O Subcontratante implementará e manterá medidas para controlar a separação. Em particular, compromete-se a:

(a) assegurar uma separação lógica ou física estrita entre Dados Pessoais e outras informações pessoais relativamente às quais o Subcontratante é Responsável pelo Tratamento ou Subcontratante, e deverá tratar informações pessoais recebidas de diferentes clientes ou do Responsável pelo Tratamento, em separado; e

(b) assegurar que, em cada passo do Tratamento, o Responsável pelo Tratamento de dados de informações pessoais pode ser identificado.

8.2 As medidas descritas no ponto 8.1 (Controlo de Separação Multientidades) incluem:

*[Especifique detalhadamente as medidas técnicas e organizativas relevantes.]*